

O general confessou. O que acontece agora?

Analistas divergem quanto ao impacto da admissão

Por Gabriela Gallo

A partir desta segunda-feira (28), a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começará os interrogatórios dos réus do núcleo três do plano de tentativa de golpe de Estado. A Corte ouviu as testemunhas dos dez réus do grupo na última quarta-feira (23). Contudo, a sessão de quinta-feira (24), que interrogou os réus do núcleo dois da trama golpista confirmou uma informação que pode impactar todo o restante do julgamento.

Durante a sessão, o ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República general Mário Fernandes confirmou ter sido o autor do chamado “Punhal Verde e Amarelo”, plano que articulava o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF Alexandre de Moraes. Agora, o debate é se a confissão atingirá os demais réus ou não e que peso ela terá na confirmação ou não da existência da trama golpista.

Possível alívio

Ao Correio da Manhã, o Mestre e Doutor em Direito Constitucional Rubens Beçak avaliou que a confissão do general traz a responsabilidade da elaboração do ato para ele, e com isso, os demais réus envolvidos no caso podem se considerar aliviados.

“Porque ele [Mário Fernandes], além de confessar o crime, diz que aquilo foi do seu livre arbítrio, do seu livre tirocínio, que digitalizou, porque



Isac Nóbrega/PR

Fernandes (de costas): “prestígio” e “acesso aos meios materiais”, segundo analista

é a maneira como ele trabalha, mas que não externalizou com mais ninguém. Então isso, de certa maneira, casa no aspecto com as alegações que vêm sendo dadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e vários outros réus no caso do golpe de Estado”, afirmou o constitucionalista.

Evidência concreta

Por outro lado, em conversa com a reportagem, o cientista político Rócio Barreto considera que, dada a “gravidade de uma evidência concreta”, isso evidencia que “o plano golpista extrapolou todos os limites do discurso autoritário e flertou, bem próximo, de um terrorismo político e assassinato de autoridades”.

“Isso pode aumentar a pressão pública judicial por punições severas, impacta a imagem das Forças Armadas do Brasil, gera um novo marco no debate político brasileiro sobre o que realmente está em jogo quanto à democracia que foi atacada.

A gravidade aumenta por se tratar de um general da reserva, alguém com conhecimento tático, com influência nas Forças Armadas e possível acesso a meios de execução desse plano”, explicou o cientista político ao Correio da Manhã.

Ele ainda completou que a confissão “pode aumentar a pena do processo contra outros réus pela gravidade do contexto”.

“Compromete a defesa de inocência e o desconhecimento dos demais envolvidos. E compromete também outros réus, intensificando o desgaste institucional e o debate político sobre o papel dos militares e da justiça”, disse Barreto.

Crime

O general da reserva está preso preventivamente desde novembro de 2024, após o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, divulgar a denúncia conjunta dos agora 34 réus envolvidos no plano de

tentativa de golpe de Estado. E, após a confissão, acredita-se que a pena que será determinada pela Suprema Corte será elevada.

“A confissão do general rompe com a tradição republicana e democrática, porque deixa de ser apenas uma conspiração institucional dentro apenas do plano de imagem do que ele disse, que apenas digitalizou um plano que ele teve sozinho, e passa a abranger uma violência política, planejada como um método de tomada de poder”, avaliou Rócio.

Apesar de ter confirmado que elaborou o plano, Fernandes disse que o caso se tratou de um “pensamento digitalizado” e que não compartilhou com mais ninguém. “É um arquivo digital que nada mais retrata do que um pensamento meu que foi digitalizado. Um compilar de dados, um estudo de situação meu, de pensamento. Uma análise de risco que eu fiz”, disse o general da reserva.

Oposição estuda formas de manter articulação

Por Karoline Cavalcante

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), de suspender todas as reuniões das comissões da Casa até 4 de agosto, quando se encerra o recesso parlamentar, atingiu diretamente os planos da oposição, que havia articulado uma série de ações políticas durante o período. A intenção era justamente ocupar o espaço simbólico do Congresso para dar visibilidade a pautas sensíveis e reforçar sua presença no debate público.

Na sexta-feira (25), o líder do Partido Liberal na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), anunciou o cancelamento de sua agenda institucional para se unir aos deputados Hélio Lopes (PL-RJ) e Coronel Chrisóstomo (PL-RO) em um acampamento em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O grupo protesta contra decisões recentes da Corte. Nas redes sociais, Lopes e Chrisóstomo publicaram vídeos com esparadrapos na boca, anunciando um “jejum de palavras”.

“O silêncio deles ecoa por todo o Brasil. E não ficaremos calados diante de qualquer tentativa de intimidação”, escreveu Cavalcante na plataforma X (antigo Twitter).

Com a organização, o ministro do STF, Alexandre de Moraes, determinou pela retirada dos parlamentares mani-



Lula Marques/Agência Brasil

Proibição do uso do Congresso restringiu ações

festantes do local.

Pautas prioritárias

A determinação de Motta foi divulgada na última terça-feira (22), no mesmo dia em que a Comissão de Segurança Pública, presidida por Paulo Bilynskyj (PL-SP), se preparava para votar uma moção de solidariedade ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que desde 18 de julho está sob monitoramento com tornozeleira eletrônica e sujeito a medidas restritivas impostas pela Justiça.

A bancada bolsonarista reagiu com críticas à medida. “Nos impede de manifestar a nossa

opinião, a nossa palavra”, afirmou Bilynskyj. Ele anunciou ainda que, apesar do recesso oficial, parlamentares do PL seguiriam mobilizados em suas bases eleitorais, convocando apoiadores para manifestações nas ruas no próximo domingo, dia 3 de agosto.

As principais pautas foram apresentadas pela oposição em coletiva no dia anterior (21), incluindo também a anistia aos condenados pelos atos de 8 de janeiro, o fim do foro privilegiado e a renovação da licença parlamentar de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), atualmente residindo nos Estados Unidos.

Decisão

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares observou que a intenção da oposição nunca foi, de fato, deliberar sobre esses temas durante o recesso, mas sim utilizá-los como plataforma de mobilização.

“Era uma movimentação de retórica, de narrativa, que tem seu peso na política. Ao proibir essas reuniões, Hugo Motta dificulta essa mobilização. No curto prazo, isso esfria a estratégia da oposição dentro do Congresso”, explicou. Segundo Tavares, o embate agora deve migrar “para os atos simbólicos e para o discurso de ‘cerceamento institucional’, que dialoga bem com a base bolsonarista”.

Essa virada para as redes já está em curso. Fontes ligadas à oposição relataram à reportagem que, apesar da ausência de encontros presenciais fora do Legislativo, os parlamentares seguem ativos em suas regiões, focando no uso das mídias sociais para manter vivas as pautas que consideram prioritárias.

Tavares também pontuou que, embora a medida de Motta tenha causado desconforto em diferentes setores, ela se mostra politicamente equilibrada.

“É preciso lembrar que Hugo Motta foi eleito com votos da base governista, do Centro e da oposição. Ele é produto de um acordo amplo e, por isso, pressionado de múltiplos lados.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula avalia o risco de aumento de retaliações

Governo teme punições como as aplicadas à Rússia

A quatro dias da data marcada por Donald Trump para a entrada em vigor das retaliações contra o Brasil, a maior preocupação do Palácio do Planalto é em relação ao que ainda pode ser anunciado pela Casa Branca.

Há o temor de que o presidente norte-americano aplique punições como as impostas à Rússia, como as que busquem inviabilizar ou, pelo menos, atra-

palhar, o comércio brasileiro com outros países. Entre as sanções possíveis está o impedimento de uso, pelo Brasil, da rede Swift, sistema de pagamentos que viabilizar transações entre instituições financeiras de diferentes nações.

Em 2022, EUA, Canadá e União Europeia decidiram banir bancos russos do Swift em consequência da invasão da Ucrânia.

Risco

“O cara (Trump) é maluco, não tem limites, pode usar qualquer arma”, avalia um auxiliar do presidente Lula (PT). Para ele, a taxação de 50% é muito grave e, caso implantada, vai gerar problemas como desemprego que, com o tempo, podem ser contornados.

Contaminação

A questão maior, porém, são outras medidas que podem ser tomadas pela Casa Branca e que, na prática, serviriam de elemento de pressão para que outros países deixassem de negociar com o Brasil. O comércio com os Estados Unidos é essencial para a maioria das nações.

Monika Flueckiger/ World Economic Forum



Mark Rutte, da Otan, ameaçou o Brasil

Banimento do Swift determinaria busca de saídas

Eventuais medidas restritivas obrigariam o país a refazer todos os seus mecanismos relacionados à compra e venda de produtos e serviços. O bloqueio à Rússia determina que sistemas paralelos também sejam utilizados para o pagamento de importações do país de Vladimir Putin feitas pelo Brasil.

Há menos de duas semanas, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, ameaçou punições a Brasil, Índia e China caso esses países continuassem a comprar diesel da Rússia. O fechamento do mercado europeu ao produto fez que seu preço caísse e se tornasse atrativo para outros mercados, inclusive o brasileiro.

Roda viva

O aumento da pressão norte-americana gera um efeito cascata: faz com que países do Brics, como Brasil, Rússia, Índia e China, acelerem medidas para encontrar alternativas para viabilizar o comércio internacional, o que irrita ainda mais a Casa Branca.

Dependência

Apesar do temor de restrições, o governo avalia que a dependência de outros países a produtos agrícolas brasileiros limita a ação dos Estados Unidos. Exportações de milho e soja são essenciais para a produção de ração animal na China e na União Europeia.

Inflação

Apesar de Lula ter reiterado a possibilidade de criar retaliações à taxação de Trump, há, no governo, a avaliação de que as medidas não devem ser tomadas em relação às importações de produtos. Isso, para não aumentar seus preços e gerar inflação por aqui.

Os alvos

A tendência é de que a resposta brasileira aos EUA ocorra em produtos ligados à propriedade intelectual — haveria quebra de patentes de medicamentos, mudanças no respeito aos direitos autorais e taxação de produtos como filmes e empresas de streaming.